

Ata
Conselho para as Migrações
Reunião de 11 de outubro de 2022

No dia onze de outubro de dois mil e vinte e dois, pelas 10 horas e 15 minutos, reuniu o Conselho para as Migrações (CM) por videoconferência.

Presidiu à reunião a Senhora Alta-comissária para as Migrações, Sónia Pereira, adiante designada por Alta comissária.

Na reunião, estiveram presentes os/as Conselheiros/as representantes das Comunidades: Brasileira, Cabo-verdiana, Santomense, Ucraniana, Romena, Indiana, Chinesa e Associações não filiadas nas comunidades previstas nas alíneas *b)* e *c)* do n.º 2 do art. 8.º do DL n.º 31/2014, de 27 de fevereiro. Das entidades, marcaram presença: Associação Plataforma Global para o Ensino Superior nas Emergências (APGES), Direção-Geral das Artes (DGArtes), Polícia de Segurança Pública (PSP), Guarda Nacional Republicana (GNR), Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE), Direção-Geral da Saúde (DGS); Direção-Geral da Educação (DGE), Direção-Geral do Ensino Superior (DGES), Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP, I.P.), Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), Instituto da Segurança Social (ISS, I.P.), Governo Regional dos Açores (GRA), Governo Regional da Madeira (GRM), Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP), Confederação Empresarial de Portugal (CIP), Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical (CGTP-IN), União Geral de Trabalhadores (UGT), Conselho das Comunidades Portuguesas e o Cidadão de Reconhecido Mérito Jorge Malheiros.

Participou também na reunião o Presidente da Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM), Albino Almeida, para dar a conhecer ao CM o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido por aquela entidade.

Nos termos da alínea a) do n.º 4 do art.º 8 do DL n.º 31/2014, de 27 de fevereiro, a reunião teve a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Sessão de abertura;
2. Aprovação da ata da última reunião (01.07.2022);
3. Apresentação da Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM);
4. Implementação do PNI PGM e o seu processo de revisão;
5. Reconhecimento da Associação de Imigrantes Aequalitas (adiado);
6. Informação e ponto de situação sobre o GT de promoção da participação cívica e política de estrangeiros;
7. Outros assuntos.

A Alta-comissária deu as boas-vindas a todos/as, começando por informar quais os/as Conselheiros/as das Comunidades que, nesta segunda parte do mandato de 2021/2023, passaria a serem representantes Efetivos/as:

- Nilzete Pacheco – Comunidade Brasileira;
- Peter Mendes – Comunidade Cabo-verdiana;
- Elisabeta Necker – Comunidade Romena;
- Rodica Gherasim – Comundiade Moldava.

A Alta-comissária agradeceu o trabalho realizado e o empenho dos/as Conselheiros/as que serão os representantes suplentes das Comunidades até ao final do atual mandato:

- Cyntia de Paula – Comunidade Brasileira;
- Gracinda Luz – Comunidade Cabo-verdiana;
- Cecilia Minascorta – Comunidade Romena;
- Oleg Boghenco – Comundiade Moldava.

Sobre o Conselheiro Peter Mendes, a Alta-comissária informou ainda que, em virtude de o Conselheiro ter de se ausentar do País em breve, a Conselheira Suplente Gracinda Luz reassumirá as funções de representação efetiva da Comunidade Cabo-verdiana, quando tal acontecer.

De seguida, a Alta-comissária deu posse a dois novos Conselheiros:

- Representante Efetivo da Associação Plataforma Global para o Ensino Superior nas Emergências (APGES), Pedro Lourtie;
- Representante Suplente da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), Isabel Antas.

Dando início ao ponto 2. da Ordem de Trabalhos – Aprovação da ata da Reunião de dia 01.07.2022 –, a Alta-comissária informou:

- A proposta de Ata foi enviada ao CM para pronúncia, por email, e em anexo a *Recomendação do Conselho Nacional de Educação sobre o acolhimento de migrantes e a construção de uma Escola mais inclusiva* mencionada na reunião pelo representante da Associação Plataforma Global para o ensino Superior nas Emergências (APGES), Pedro Lourtie;
- Solicitaram pequenas alterações à Proposta de Ata a Conselheira da Direção-Geral de Educação, Lina Varela, e o Conselheiro da Fundação Calouste Gulbenkian, Hugo Seabra, as quais foram incluídas na versão final do texto.

Em seguida, a Alta-comissária sujeitou a Ata da Reunião do CM de 01.07.2022 à votação do Plenário, a qual foi aprovada por unanimidade.

Passando para o ponto 3. da Ordem de Trabalhos – Apresentação da Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM) –, a Alta-comissária agradeceu a presença na reunião do Presidente da Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM), Albino Almeida, e o interesse manifestado pela ANAM em colaborar nos trabalhos do CM.

A Alta-comissária informou ainda que a ANAM estabeleceu um protocolo de cooperação com o ACM, em maio de 2021, o qual tem por objeto a cooperação entre as Partes para a valorização do poder local e da integração de migrantes e Comunidades Ciganas, bem como o fomento de relações, a partilha de experiências, a promoção de atividades, ações de formação, debates e outras iniciativas, em matéria de participação cívica e política, poder local, cidadania e áreas conexas. De seguida, passou a palavra ao Presidente da ANAM, que apresentou o trabalho desenvolvido pela Associação.

Começando por agradecer o convite para estar presente na Reunião e saudando o CM, o Presidente da ANAM que destacou:

- Será enviado ao CM um resumo do trabalho que a ANAM desenvolve desde que foi criada, em 2015;
- No dia seguinte à Reunião, iriam ser entregues, nas instalações da Assembleia Municipal de Lisboa, os Prémios ANAM, que agraciam as assembleias municipais promotoras da cidadania e de uma maior aproximação entre eleitores e eleitos;
- A principal missão da ANAM é a capacitação das Assembleias Municipais e dos cidadãos para o exercício dos direitos políticos;
- Verifica-se atualmente um grave problema de Habitação em Portugal, que o próprio poder local tem tido dificuldade em gerir. Multiplicam-se os casos de despejo, os quais têm precipitado um aumento de pessoas migrantes em situação de sem-abrigo, a ponto de muitos particulares estarem a acolher pessoas nas suas casas. Apesar dos apoios ao alojamento disponíveis, como o Programa Porta de Entrada, e de soluções para alojamento de migrantes viabilizadas por muitas IPSS e instituições religiosas, é urgente procurar novas respostas.

A Alta-comissária disse estar totalmente disponível para avaliar em conjunto com a ANAM soluções para as necessidades identificadas. Saliou, contudo, que o ACM tem feito um trabalho de articulação entre as Comunidades Migrantes e as entidades na procura de respostas, para as quais o poder local tem tido um papel preponderante, como sucedeu recentemente com o caso de deslocados da Ucrânia.

Pediu a palavra a Conselheira da Comunidade Ucraniana, Nataliya Khmil, alertando que as imobiliárias não estão a arrendar casas a pessoas deslocadas da Ucrânia. Além do problema habitacional, sublinhou, estas situações dificultam a procura de emprego, atendendo a que as pessoas não sabem qual será a sua nova área de residência ou se será próxima do local das casas emprestadas ou dos alojamentos provisórios onde residem atualmente, pelo que exortou a ANAM a sensibilizar as imobiliárias para esta questão.

O Presidente da ANAM acedeu à solicitação da Conselheira e garantiu que o CM pode contar com a ANAM para interceder no que esteja ao alcance das suas atribuições.

Interveio a Conselheira da Comunidade Romena, Elisabeta Necker, que ressaltou:

- O Programa Porta de Entrada, do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), anteriormente referido, não teve, até à data, qualquer caso de sucesso nas situações apresentadas pela Associação

DOINA, sediada em Loulé, e à qual preside, para solucionar problemas de alojamento para cidadãos migrantes ou refugiados;

- Existem falta de vagas nas creches e escolas;
- Nos últimos meses, a Associação tem recebido, por parte do Instituto da Segurança Social, pedidos de devolução de dinheiro relativo a apoios concedidos a cidadãos deslocados da Ucrânia, pelo que necessitava de esclarecer se esta situação se deve a documentos ou algum tipo de informação em falta por parte da Associação DOINA, ou se têm ocorrido situações semelhantes com outras entidades beneficiárias e qual o motivo.

A Alta-comissária garantiu ter tomado boa nota das questões apresentadas pela Conselheira e salientou:

- Quanto ao Programa Porta de Entrada, foram assinados Protocolos de Cooperação entre o ACM e o IHRU, nomeadamente com municípios do Algarve. Atendendo aos contratemplos referidos, o ACM solicitará ao IHRU a agilização do processo de avaliação de candidaturas a alojamento no Algarve;
- Sobre a questão das Creches e Escolas, o ACM também dará seguimento;
- O ACM irá contactar o ISS para tentar perceber qual a razão dos pedidos de devolução dos apoios para deslocados da Ucrânia. A Conselheira deverá enviar ao ACM informação mais específica sobre os casos que mencionou, ainda que sem dados pessoais, os quais serão apresentados ao ISS, solicitando esclarecimentos adicionais.

A Conselheira Elisabeta Necker referiu que enviaria os casos ao ACM e apresentou mais uma questão. Referindo que a Associação DOINA, apesar de representar a Comunidade Romena, presta também apoio a migrantes em geral e tem tido grandes dificuldades em efetuar agendamentos junto do SEF. Sublinhou que, antigamente, faziam agendamentos no SEF através do envio de um email, sem necessidade de intermediário, mas atualmente é preciso fazer o agendamento através do CNAIM e aguardar pela resposta. O processo anterior era mais ágil porque o utente poderia ser encaminhado diretamente, sem ter de se deslocar à Associação.

A Alta-comissária observou que os CNAIM tentam tornar mais célere a articulação entre os migrantes e o SEF, pelo que não terá havido uma alteração de procedimentos dos serviços em contrário. No entanto, o assunto seria alvo de análise.

Pediu a palavra o representante da APGES – Associação Plataforma Global para o Ensino Superior nas Emergências, Conselheiro Pedro Lourtie, que alertou:

- Muitos estudantes estrangeiros do Ensino Superior que vieram para Portugal ao abrigo de bolsas da APGES, estão atualmente a concluir os estudos e, em breve, terão de ser autónomos, mas estão a ter muitas dificuldades em encontrar alojamento ou em estabelecer contratos de arrendamento, pelo que, recentemente, a APGES teve de participar num contrato de arrendamento no sentido de o viabilizar;
- Verifica-se uma enorme falta de alojamento e tem havido entraves para o arrendamento de quartos a estudantes bolseiros.

Interveio o representante da Comunidade Indiana, Conselheiro Shiv Kumar Singh, ressaltando que muitos indianos e migrantes de outras nacionalidades, incluindo deslocados da Ucrânia e Sérvia, se encontram em situações indignas para seres humanos, têm dormido em sítios sem qualquer privacidade, pelo que é necessário ter em atenção esta situação quando se mencionam as questões do alojamento e habitação.

Tomou a palavra a representante do Instituto da Segurança Social (ISS), Conselheira Inês Nicolau, esclarecendo, quanto às intervenções da Conselheira Elisabeta Necker e do Conselheiro Shiv Kumar Singh:

- O ISS tem trabalhado ativamente nestas questões habitacionais, em conjunto com o ACM, não só com os cidadãos deslocados da Ucrânia mas com outras nacionalidades e tem, neste momento, cerca de 400 deslocados da Ucrânia em alojamentos temporários de acolhimento. Não tem havido resposta para alojamento subsequente, para alojamento permanente;
- Relativamente ao pedido de devolução de apoios concedidos, o ISS tem conhecimento que os beneficiários de RSI que começaram a trabalhar e não deram baixa da prestação têm recebido estas cartas. A representante do ISS ficou de verificar a situação.

Referiu a Alta-comissária que seria necessário uma nota informativa a estes cidadãos, na medida em que as pessoas podem não estar a compreender o motivo de terem perdido o RSI e, por consequência, a cessação dos pagamentos.

O ISS pediu que os Conselheiros pudessem fazer chegar informação concreta sobre os casos mencionados, para que se pudessem analisar as várias situações.

Pediu a palavra o representante da Comunidade Santomense, Conselheiro Celso Soares:

- Enfatizou também o problema da Habitação, referindo um caso de pedido de ajuda à Associação CulturFace, a que preside, de um casal de 70 anos que tinha sido despejado e, dada a gravidade dos casos anteriormente mencionados, sugeriu a criação de um Grupo de Trabalho para encontrar soluções;
- Em Loures, no Bairro de Montemuro, há uma comunidade santomense que até à data não tem a situação resolvida em termos de alojamento. Vivem em contentores, barracas e os moradores não sabem quando vão ser desalojados ou para onde irão viver;
- Referiu ainda o problema da Educação, porque as crianças daquele Bairro não poderão frequentar a escola mais próxima, uma vez que pertence ao concelho de Odivelas e o Bairro não. As crianças terão de frequentar uma escola que está muito distante, pelo que pretende esclarecimentos sobre a obrigatoriedade de, neste caso, de as crianças mudarem de escola.

A Alta-comissária agradeceu as informações e pediu ao Conselheiro para fazer chegar ao ACM as questões por escrito. Quanto à questão sobre a escola, observou que o assunto se insere nas atribuições da DGEstE, entidade que não tem assento no CM, todavia a Direção-Geral da Educação (DGE) poderia, se assim o entendesse, sinalizar este caso.

Ainda a propósito do problema da Habitação, o Presidente da ANAM informou que apresentaria propostas de solução ao ACM. Por exemplo, pessoas com rendimentos do trabalho poderem dar esses rendimentos como garantia nos contratos de arrendamento.

Pediu a palavra a representante da DGE, Conselheira Lina Varela, notando que, apesar da questão do Conselheiro Celso Soares se incluir nas atribuições da DGEstE, como referido pela Alta-comissária, poderia encaminhar este caso, pelo que o Conselheiro deveria fazer-lhe chegar uma descrição detalhada, por escrito, da situação que relatou.

Interveio a representante da Comunidade Brasileira, Conselheira Nilzete Pacheco, referindo alguns casos que foram apresentados à ALCC – Associação Lusofonia, Cultura e Cidadania, a que preside:

- Sobre o problema da Habitação:
 - Deu o exemplo de residentes na Freguesia de Santa Clara, em Lisboa, e cuja área de residência passou para o Concelho de Loures, pelo que estão sem qualquer apoio para alojamento e numa situação extremamente precária;

- Os senhorios estão atualmente a pedir uma garantia de três ou seis meses de renda, pelo que há muitos casos em que várias pessoas partilham a mesma habitação;
- Existem muitos fogos desocupados e indevidamente ocupados, que poderiam ser uma solução para minorar o problema do alojamento.
- Quanto à Educação:
 - Muitas crianças estrangeiras da Freguesia de Santa Clara estão sem acesso à Escola porque os pais ainda estão em situação irregular;
- Relativamente à Saúde:
 - Há ainda muita falta de informação nos Centros de Saúde e nos serviços públicos em geral, sobre os direitos e deveres dos imigrantes.

No que respeita ao acesso à Educação, a Conselheira Lina Varela lembrou que, como já referido nas reuniões do CM, a escolaridade é obrigatória até aos 18 anos, pelo que independentemente da situação legal dos pais, as crianças podem e devem estar na Escola. Todavia, a Conselheira solicitou à representante da Comunidade Brasileira que fizesse chegar uma descrição, por escrito, da situação que sinalizou, para que a pudesse encaminhar para a DGEstE.

A Alta-comissária observou:

- A questão do acesso ao Ensino por parte de crianças migrantes está atualmente muito agilizada, mantendo-se entre os serviços uma comunicação regular e, por tal, o caso que a Conselheira Nilzete Pacheco referiu poderá ter que ver com uma situação específica e que é necessário averiguar;
- No caso da Saúde, está a ser feito um trabalho constante para se desbloquear os casos de incumprimento no acesso, por parte dos imigrantes, como também está a ser ministrada formação regular aos profissionais de Saúde nesse âmbito.

Dando início o ponto 4. da Ordem de Trabalhos – Implementação do PNIPGM e o seu processo de revisão –, Alta-comissária informou, quanto ao Plano Nacional para a Implementação do Pacto Global das Migrações:

- Para garantir a continuidade das políticas públicas em matéria de integração de migrantes, o PNIPGM mantém-se em implementação, no que respeita às Medidas:
 - De Implementação Contínua;

- Que se encontram em fase de finalização;
- Que tinham conclusão prevista até ao final do ano 2021 e não foram implementadas.
- Dada a necessidade de atualizar e adequar o PNIPGM às orientações e conclusões do Fórum Internacional para Revisão das Migrações (IMRF), será realizada uma revisão do Plano Nacional e ao CM serão solicitados contributos, em breve;
- O envolvimento da Sociedade Civil, desde o início da conceção do próximo PNIPGM, é também fundamental, dada a natureza deste instrumento de política pública, tendo sido uma das recomendações do Relatório Final do processo de auscultação realizada junto de entidades que trabalham com migrantes;
- As entidades das grandes áreas Governativas, incluindo o ACM, vão proceder a uma avaliação e revisão das suas medidas para o próximo Plano Nacional. Prevê-se que o processo esteja concluído até ao final de março de 2023, data em que será submetida internacionalmente a *Pledge* (Compromisso) de implementação do novo Plano Nacional.

Passando para o ponto 5. da Ordem de Trabalhos – Reconhecimento da Associação de Imigrantes Aequalitas –, a Alta-comissária ressaltou que, em virtude de a Associação Aequalitas não ter enviado em tempo útil a informação necessária para concluir o parecer de Reconhecimento, este ponto seria abordado na próxima reunião.

No ponto 6. da Ordem de Trabalhos – Informação e ponto de situação sobre o GT para a Promoção da Participação Cívica e Política de Estrangeiros –, a Alta-comissária partilhou as seguintes notas:

- Na I Reunião do Grupo de Trabalho, realizada no dia 11 de maio, debateu-se o sistema vigente quanto ao Direito de Voto dos Estrangeiros, e o que se considerou importante alterar nas vertentes cívica e política. Foi também discutida a composição e o acesso ao CM, enquanto órgão de participação cívica e política.
- Da sessão de trabalho, resultou a proposta de centrar os trabalhos do Grupo em duas grandes áreas:
 - Revisão da Lei do Associativismo Imigrante:
 - Estabilidade e sustentabilidade do movimento associativo, nomeadamente, através da realização de um estudo sobre o grau de participação cívica e política dos imigrantes;
 - Alargamento do direito de voto a todos os imigrantes nas eleições locais.
 - Alterações no CM:
 - Requisitos de acesso;

- Reforço de competências – necessidade de ter mais influência na definição de políticas públicas;
 - Composição – a representatividade das comunidades da Ásia do Sul deve ter assento no CM, mas como um todo, devido à expressão numérica atual de migrantes oriundos da Índia, Bangladesh, Nepal, entre outros países;
 - É necessário encontrar uma geometria que permita a participação de pequenas comunidades no CM (quer nas reuniões plenárias, quer nos Grupos de Trabalho);
 - O CM deve ser flexível e aberto à participação das comunidades e estar atento para dar resposta a novas realidades existentes no país;
 - Nos colégios eleitorais deve haver maior representatividade.
- Conforme o referido na reunião de julho do CM, o Conselheiro Hugo Seabra enviou documentos ao ACM que foram partilhados com os Conselheiros, sobre:
 - A Agenda da mesa-redonda do dia 24 de junho de 2022 sobre a Diversidade nas Instâncias Políticas;
 - A Lista de Participantes da mesa redonda;
 - O Sumário das principais conclusões da mesa redonda, incluindo as recomendações;
 - No seguimento da I Reunião, foram solicitados contributos ao CM no âmbito das propostas de trabalho discutidas na reunião, tendo a ACT sinalizado a necessidade de ser ministrada formação a trabalhadores migrantes sobre direitos e deveres laborais e reforçado também a disponibilidade de prestar informações e esclarecimentos a migrantes sempre que necessário.

De seguida, a Alta-comissária deu a palavra ao Conselheiro Jorge Malheiros.

Sobre o Grupo de Trabalho, referiu e propôs o Conselheiro Jorge Malheiros:

- Quanto à participação no GT, poderão entrar outros/as Conselheiros/as que não fazem ainda parte e os que o integram poderão também optar por sair do Grupo;
- O representante da Fundação Calouste Gulbenkian, Conselheiro Hugo Seabra não participava inicialmente no GT, mas foi convidado a integrá-lo devido ao trabalho que a Fundação está a desenvolver no âmbito da promoção da representatividade e da diversidade nas instituições;
- De acordo com os grandes objetivos de trabalho definidos para o GT, será elaborado um documento de apoio à revisão da Lei do Associativismo. No mesmo documento, deverá ser incluída uma reflexão sobre a

redefinição de critérios de representação das associações de imigrantes e outras organizações no CM, para que aquele seja um documento operativo com questões concretas;

- Ser agendada uma reunião no final de outubro ou início de novembro, para discutir e sistematizar propostas finais. Será também estabelecida uma Comissão de Redação para elaborar o documento operativo, o qual deve integrar as propostas concretas e a sua justificação;
- Uma segunda proposta para trabalhar no GT após a elaboração do documento operativo – e que é mais ambiciosa –, é o alargamento do direito de voto a todos os imigrantes nas eleições locais. Neste sentido, é necessário auscultar as condições para a sua viabilização e consultar entidades, tais como a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) ou o MAI, devido à necessidade de uma revisão constitucional nesta matéria. Posteriormente irá ser agendada uma reunião para a elaboração de uma proposta, a qual se prevê apresentar ao CM no primeiro trimestre de 2023;
- Prevêem-se ainda os seguintes trabalhos de curto prazo:
 - Realização de ações de formação sobre direitos e deveres dos trabalhadores, com destaque para o caso dos imigrantes;
 - Lançamento de um estudo sobre o grau de participação cívica e política dos imigrantes e a questão da sua formalização e reconhecimento;
 - Redação de uma recomendação com propostas concretas – ciclos e disciplinas a privilegiar – para incluir nos currículos escolares temas como a Cidadania, Igualdade de Género e a Participação Cívica dos Imigrantes.

A Alta-comissária sugeriu que estas propostas fossem partilhadas com o CM, no sentido de se recolher a manifestação de interesse por parte dos/as Conselheiros/as em aderir à proposta do GT e para se poderem calendarizar as atividades, mediante a intenção das entidades participarem nos trabalhos adicionais referidos.

Tomou a palavra a representante da ACT, Conselheira Fátima Pisco, salientando que a ACT está disponível para participar em ações de formação sobre os direitos e deveres dos trabalhadores imigrantes, pelo que solicitou que o ACM lhe fizesse chegar propostas de calendarização, de forma a verificar a possibilidade de agendar as ações ainda para o presente ano.

A Alta-comissária referiu que o ACM divulgará posteriormente a data das ações junto das associações de imigrantes e apelou aos representantes das comunidades que organizassem os meios necessários para que as ações fossem realizadas ainda em 2022, solicitação esta que seria enviada entretanto ao CM.

O Conselheiro Jorge Malheiros referiu que gostava de partilhar com todos um estudo recente sobre esta temática e que enviaria para o ACM, para partilha com todos.

A Alta-comissária agradeceu, tendo referido que o ACM procederia em conformidade.

Passando para o ponto 7. da Ordem de Trabalhos – Outros Assuntos – , a Alta-comissária prestou as seguintes informações:

- No dia 15 de setembro, realizou-se no Auditório da Biblioteca Nacional a apresentação pública do Relatório de Auscultação à Sociedade Civil no âmbito do PNIPGM, elaborado pela OIM;
- No dia 22 de Setembro, no Auditório do CNAIM, a OIM dinamizou uma sessão de trabalho do processo de implementação dos Indicadores de Governança das Migrações 2022 (*Migration Governance Index – MGI*) com as diversas entidades públicas envolvidas e cujo relatório final sobre Portugal está em fase de revisão;
- No âmbito do Grupo de Trabalho para os Acordos com os PALOP, está em processo de conclusão o Fluxograma do processo de vinda para Portugal de doentes dos PALOP e em breve será marcada a próxima reunião de trabalho. Prevê-se que, até ao final do ano, esteja disponível informação para partilhar junto das Associações de Imigrantes sobre esta temática;
- A brochura informativa do ACM está a ser finalizada, em articulação com a Ministra-Adjunta e dos Assuntos Parlamentares, quanto às recentes alterações à Lei de Estrangeiros e respetiva regulamentação e, logo que esteja concluída, será partilhada com o CM;
- Será agendada uma Ação de Formação sobre as alterações legislativas em formato de videoconferência, para a qual serão enviadas ao CM as propostas de datas;
- Na última reunião do CM, no dia 1 de julho de 2022, foi referido que o ACM iria retomar bilateralmente as questões relativas ao Ensino Superior, para reforço de informação e melhor esclarecimento dos que procuram o ACM com questões sobre o ingresso no Ensino Superior. Neste contexto, realizou-se uma reunião com a DGES, no dia 30 de agosto, e o ACM está a trabalhar no sentido proposto. Em breve, o CM será informado dos desenvolvimentos nesta matéria;

- Quanto ao balanço do acolhimento de refugiados, concretamente no âmbito da emergência humanitária na Ucrânia, foram, até à data:
 - Recebidos mais de 53 mil pedidos de proteção temporária, dos quais cerca de 31 mil para mulheres e 3600 para menores (0 a 17 anos);
 - Emitidos 33.600 certificados de proteção temporária, os quais permitem a atribuição imediata de NISS, NIF e NSNS;
 - Registadas 5500 inscrições nos cursos de Português Língua Não Materna e 6000 inscrições nos cursos de Português Língua de Acolhimento;
 - Disponibilizadas 4000 ofertas de emprego, sendo que foram já celebrados perto de 5700 contratos de trabalho;
- Quanto aos serviços do ACM, contabilizam-se:
 - 11000 atendimentos nos CNAIM;
 - 5600 atendimentos nos CLAIM;
 - 5000 chamadas na Linha de Apoio ao Migrante;
 - 660 traduções no Serviço de Tradução Telefónica.

Pediu a palavra o Conselheiro Celso Soares, que referiu:

- No seguimento do contacto com a Diretora do Departamento de Relações Internacionais e Política Migratória do ACM, Cristina Casas, sobre os estudantes de escolas de formação profissional em Matosinhos, entrou em contacto com a Embaixada de São Tomé;
- Seria útil uma reunião do CM apenas sobre os casos de doentes evacuados dos PALOP;
- É de extrema importância encontrar soluções na área da Habitação para se evitar que as pessoas fiquem desalojadas;
- Irá realizar-se um evento, no âmbito das atividades do apoio financeiro do PAAI à Associação CulturFace, pelo que serão solicitados ao ACM os contactos dos representantes do CM para a sua divulgação.

Quanto à questão dos doentes dos PALOP evacuados, a Alta-comissária informou que haverá uma reunião com as Associações, em particular com as que acompanham os casos, estando neste momento em curso a elaboração do fluxograma, podendo-se considerar a possibilidade de realização de uma reunião antes de terminado, mas deixaria à consideração da Diretora DRIPMCM, que acompanha este GT.

Interveio o Conselheiro Jorge Malheiros, afirmando que a questão dos doentes evacuados é importante e notou que crê haver um estudo recente sobre o tema, pelo que gostaria que o ACM o pudesse partilhar.

A Alta-comissária observou:

- Nesta fase, o GT está a ocupar-se do seu objetivo central, de identificação das entidades intervenientes no processo da evacuação de doentes dos PALOP e constrangimentos identificados, bem como da estabilização de um Fluxograma desse processo para divulgação junto dos públicos-alvo relevantes;
- No âmbito dos trabalhos, poderá, eventualmente emergir a proposta de realização de um estudo mais aprofundado sobre a matéria, mas dada a composição do GT, não poderão ser os seus membros a elaborá-lo.

Não havendo mais pedidos de intervenção, e agradecendo a presença e participação de todos/as, a Alta-comissária deu a reunião por terminada às 12 horas e 15 minutos.

A Ata foi aprovada na Reunião do Conselho para as Migrações de dia 23 de janeiro de 2023.

A Alta-comissária para as Migrações



Sónia Pereira
PRESIDENTA DO CONSELHO
ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES
MINISTROS